



Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-eixo: Política de Educação.

EDUCAÇÃO, EMANCIPAÇÃO HUMANA E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

BÁRBARA NOBREGA SIMÃO¹

Resumo: O presente artigo apresenta o relato de experiência profissional do trabalho do Assistente Social na Política de Educação, em especial a atuação na implementação dos Conselhos Escolares no Município de Paraíba do Sul /RJ. A partir desta experiência profissional será feito o diálogo entre a dimensão pedagógica do trabalho do Assistente Social e a categoria educação, sua influência na formação do ser social e seu processo de reprodução na realidade capitalista. Propõe também o debate acerca do papel da categoria educação como essencial para a conquista da emancipação humana.

Palavras-chave: Serviço Social; Conselhos Escolares; Educação; Emancipação Humana

Abstract: This article presents the report of professional experience of the work of the Social Worker in the politics of education, in particular the performance in the implementation of School Councils in the Municipality of Paraíba do Sul / RJ. From this professional experience will be made the dialogue between the pedagogical dimension of the work of the social worker and the education category, its influence on the formation of the social being and its reproduction process in the capitalist reality. It also proposes the debate about the role of the education category as essential for the achievement of human emancipation.

Keywords: Social Service; School Councils; Education; Human Emancipation.

INTRODUÇÃO

O artigo em questão se propõe a relacionar o trabalho do assistente social, em sua dimensão pedagógica, com a categoria de educação, a partir da compreensão desta no desenvolvimento histórico social e como um processo de auto constituição e formação do ser social, orientado pela tradição marxista.

Esta relação terá como ponto de partida o relato da experiência profissional de assistente social durante sua atuação na Secretaria de Educação do Município de Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro, na implementação os Conselhos Escolares nas escolas municipais. Este trabalho, que aconteceu

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: <barbaransimao@gmail.com>.

entre os anos de 2013 a 2016, visou incentivar a gestão democrática nas escolas municipais e contou com a participação de professores, alunos, pais e comunidade escolar de 27 unidades escolares, divididas entre educação infantil, 1º e 2º segmentos.

Os Conselhos Escolares são espaços de incentivo à participação da sociedade, mediante a partilha do poder e a gestão democrática das escolas públicas. Iniciado no Brasil com ações de incentivo à sua implementação desde 2004 pelo Ministério da Educação, conta com a participação de membros da comunidade escolar, eleitos pelos seus pares, e suas funções são deliberativas, consultivas e mobilizadoras (MEC, 2018). Na experiência citada, seu início aconteceu em 2013, a partir da criação do setor de Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação.

A partir desta experiência profissional será feito o diálogo da dimensão educativa do trabalho do assistente social com a compreensão da educação e sua influência na formação do ser social. A educação formal, tal como a temos hoje pautada na realidade capitalista, tem em seu bojo proporcionar a reprodução da força de trabalho para o modo de produção capitalista, cuja função principal é a produção de consensos.

Pensar o papel da educação na formação do ser social significa compreender a educação para além do capital, como formulado por Mészáros. Assim, este artigo também se coloca a debater a categoria educação, considerando-a como alternativa para a liberdade e emancipação humana, de acordo com as formulações de Marx.

1. O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: OS CONSELHOS ESCOLARES

A experiência em tela situou-se no Município de Paraíba do Sul, localizado a 138 km da capital do estado, Rio de Janeiro. Possui população de 42.922 habitantes

² e, no que tange à política de educação divide-se entre 37 unidades educacionais, sendo 29 municipais, 5 estaduais e 3 particulares ³.

O setor de Serviço Social na política de educação do município foi criado no ano de 2013, com a convocação de 2 assistentes sociais para a pasta. Dentre as ações desenvolvidas pelo setor durante os anos de atuação profissional da autora – de 2013 a 2016 –, este artigo abordará o processo de implementação dos Conselhos Escolares nas Escolas Municipais, visto que esta intervenção se configura como uma possibilidade participação da sociedade na educação, entendendo esta educação de forma ampla, para além da educação formal. A importância de tal experiência também está no seu alcance, pois a maior parte das crianças e adolescentes do município está matriculada nas escolas municipais ⁴.

A implementação dos Conselhos Escolares no município é resultado das ações no Ministério da Educação, através do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares elaborado em 2004, cujo objetivo é a

oferta de curso de formação para técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação, no intuito de criar uma grande rede de formação que possibilite o avanço e a qualificação das ações destas secretarias no campo da formação e do fortalecimento dos Conselhos Escolares. (VASCONCELOS et al, 2013, p.15)

As capacitações, elaboradas em conjunto com as Universidades Públicas do país desde 2005, visam atingir profissionais e conselheiros de todo o território nacional. No município de Paraíba do Sul, as assistentes sociais responsáveis pela implementação dos Conselhos Escolares iniciaram a sua formação sobre o assunto em meados de 2013. Esta capacitação contou com a realização de Curso de Extensão fornecido pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e participação em encontros estaduais e nacional de Fortalecimentos dos Conselhos Escolares.

² Informação retirada no site do IBGE. Contagem realizada em 2017. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraiba-do-sul/panorama>>. Acesso em 13 de maio de 2018.

³ Atualmente o município possui 29 unidades escolares municipais, contudo no período em que a experiência ocorreu existiam 27 unidades escolares.

⁴ De acordo com as informações fornecida pelo IBGE, no ano de 2015 haviam 5055 matrículas na rede municipal, frente a 2292 na rede estadual e 901 na rede privada. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraiba-do-sul/pesquisa/13/5902>>. Acesso em 02 de maio de 2018.

Neste momento também se iniciou no município o trabalho de mobilização de membros da comunidade escolar e técnicos da Secretaria de Educação para difusão e atuação como multiplicadores do projeto, levando o debate para dentro das escolas.

No curso do caminho, foi preciso elaborar legislações que regulamentassem a atuação dos Conselhos e garantissem a sua continuidade no decorrer do tempo, de modo que, sem isso, esta ação tenderia a se tornar apenas a ação de um governo. Nesse sentido, foi elaborado uma Lei Municipal estipulando a criação dos Conselhos Escolares para a gestão compartilhada nas escolas públicas municipais com regras gerais sobre o seu funcionamento, e um Decreto Municipal estipulando o regimento dos Conselhos. Esta etapa contou com a articulação e debate sobre o conteúdo destes instrumentos legais com o Conselho Municipal de Educação e membros da Câmara Municipal de Vereadores. Além desses instrumentos, também se orientou que cada escola, após a eleição de seus Conselhos, elaborasse seu próprio regimento interno, atendendo as suas necessidades e particularidades.

Para maior compreensão das funções dos Conselhos e sua importância para a comunidade escolar, foram realizados no município encontros com os diretores das escolas e membros da comunidade, além do I Encontro Municipal de Conselhos Escolares, com a participação dos candidatos dos segmentos e palestras com membros estaduais do Grupo de Articulação e Fortalecimento dos Conselhos Escolares (GAFCE) sobre o tema.

A eleição dos membros dos Conselhos aconteceu em duas etapas, com o objetivo de melhor organizar a experiência em curso. Em maio de 2015 foram realizadas as eleições nas escolas do 2º segmento do ensino fundamental – formado por 8 unidades escolares – e em setembro de 2015 as eleições das escolas de educação infantil e 1º segmento do ensino fundamental – compostas por 19 unidades. Esta divisão mostrou-se fundamental para a identificação de falhas ao longo do processo e melhor organização do evento, que contou com grande mobilização dos envolvidos.

Após a eleição e início da atuação dos Conselhos Escolares, o trabalho do Serviço Social continuou através de assessoria e formação dos conselheiros – foi realizado o II Encontro Municipal de Conselhos Escolares, também com a participação

de membro do GAFCE –, divulgação de informações e disponibilização de material didático. Entende-se que estes são espaços de participação popular e de correlação de forças, sendo de extrema importância a participação ativa dos envolvidos. Para tanto, a formação continuada é fundamental para dar autonomia aos conselheiros, entendendo suas atribuições e as forças que estão em disputa nesse campo.

Cabe destacar que o início da intervenção dos Conselhos Escolares nas escolas municipais fez com que os membros da comunidade escolar conhecessem de perto as reais necessidades desses espaços, exercendo pressão e cobrança por maiores investimentos do poder público na política educacional. Este fato causou grande mal-estar entre os membros da Secretaria Municipal de Educação, que passaram a ser cobrados pela falta de professores em algumas unidades escolares, melhoria na infraestrutura e alimentação, ampliação do transporte escolar, transparência sobre a distribuição de recursos, além de outras pautas legítimas.

Diante do incômodo causado por tal situação, os gestores da Secretaria Municipal de Educação – que apoiaram a implementação dos Conselhos Escolares para atender uma determinação do Ministério da Educação e esperavam deles uma atuação meramente burocrática – solicitaram do setor de Serviço Social a responsabilidade pelas demandas trazidas pelos Conselhos, em uma tentativa de desresponsabilizar os demais setores do compromisso no atendimento de tais demandas e como uma estratégia para o apassivamento dos Conselhos. Entendendo a legitimidade dos Conselhos e das demandas trazidas por eles, foi necessária uma postura de resistência do Serviço Social em defesa da autonomia dos Conselhos em suas funções deliberativas, consultivas e fiscalizadoras.

Nesse espaço de disputa de interesses e correlação de forças, coube ao setor de Serviço Social delimitar o seu papel frente aos Conselhos Escolares, que se restringia ao assessoramento acerca de seu funcionamento, a ações de mobilização e fortalecimento e à oferta de formação continuada, além de encaminhar as demandas trazidas pelos Conselhos aos respectivos setores responsáveis da Secretaria Municipal de Educação e articular as suas ações com os demais órgãos municipais. Ou seja, diante dessas atribuições não era pertinente que o Serviço Social interferisse

na atuação dos Conselhos e fizesse o controle dos sujeitos coletivos, como desejava o poder público.

A experiência em tela, durante todo o projeto de implementação dos Conselhos Escolares, também foi marcada por disputas com setores conservadores que desejavam a manutenção da centralidade administrativa das escolas municipais. Muito se dizia que a presença dos pais nas discussões sobre o orçamento e as regras escolares ameaçaria a autoridade dos diretores. O Serviço Social teve papel fundamental na desmistificação destas e de outras alegações, além de mostrar a importância da presença da comunidade no enfrentamento dos problemas vividos pelas escolas para a qualificação dos serviços ali oferecidos.

Um dos limites do trabalho profissional do Serviço Social esteve no acúmulo de outras demandas do setor frente ao número limitado de profissionais, apenas duas assistentes sociais, que dificultou uma dedicação exclusiva ao processo de implementação e monitoramento do funcionamento dos Conselhos. Ademais, no ano de 2017 o setor de Serviço Social foi extinto. Outros membros da Secretaria Municipal de Educação assumiram a tarefa de acompanhar e assessorar os Conselhos Escolares.

2. A DIMENSÃO EDUCATIVA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

A experiência em questão possibilita o debate sobre o caráter educativo da intervenção do assistente social. Este, profissional participante da divisão social e técnica do trabalho, atua na produção e reprodução da vida social mediante intervenção nas condições de vida da população usuária dos serviços sociais. Assim, tem o seu cotidiano profissional atravessado pelas múltiplas expressões da questão social decorrentes das desigualdades da sociedade capitalista na sua relação capital/trabalho (IAMAMOTO, 2008).

O assistente social também pode atuar na reprodução e redistribuição do valor socialmente produzido pelo trabalho nos espaços público-estatal ou em organizações sem fins lucrativos, inscrevendo sua atuação na esfera da defesa dos direitos sociais de cidadania, partilhamento do poder e democratização deste através da gestão da coisa pública. Nesse sentido, o trabalho do assistente social pode tanto produzir

serviços socialmente necessários para a reprodução da força de trabalho na manutenção da lógica do capital quanto produzir efeitos em outra direção social, na reprodução ideopolítica dos indivíduos sociais, no cerne das relações entre classes. No bojo dessas contradições entre as desigualdades produzidas e a resistência, Iamamoto apresenta que

É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. (IAMAMOTO, 2008, p. 28).

Para a autora o assistente social é um profissional cuja atuação incide na esfera do conhecimento, valores, comportamentos e cultura, de modo a produzir efeitos reais na vida dos sujeitos. É chamado a atuar, junto a outros profissionais, na construção de consensos de classes na defesa dos interesses dominantes na busca da construção de uma hegemonia na vida social. Contudo a autora apresenta outra possibilidade de atuação profissional nesses espaços de construção de consensos:

[...] o assistente social é chamado hoje a atuar no âmbito dos *Conselhos* de políticas sociais (saúde, assistência social) e de direitos da criança e do adolescente, de idosos, de deficientes. Os profissionais estão, também, contribuindo para a criação de formas de um outro consenso – distinto daquele dominante – ao reforçarem os interesses de segmentos majoritários da coletividade. Contribuem nesta direção ao socializarem informações que subsidiem a formulação/gestão de políticas e o acesso a direitos sociais; ao viabilizarem o uso de recursos legais em prol dos interesses da sociedade civil organizada; ao interferirem na gestão e avaliação daquelas políticas, ampliando o acesso a informações a indivíduos sociais para que possam lutar e interferir na alteração dos rumos da vida em sociedade. (IAMAMOTO, 2008, p. 69).

Dessa forma, a atuação do assistente social contribui na construção de consensos, seja em relação ao instituído, seja na defesa dos interesses das classes subalternas. Ou seja, está relacionado a um determinado projeto de sociedade, podendo ele atender aos interesses da classe dominante ou da classe trabalhadora.

A autora mostrou a importância da participação do assistente social nos espaços de disputas dos Conselhos, visto que este profissional, ao incidir no campo do conhecimento, pode contribuir com a socialização de informações e construção de políticas e direitos sociais em ações coletivas. E esta incidência nos campos do conhecimento e da cultura pode ser entendida como a função educativa da profissão.

Até os anos 1980, as práticas educativas da profissão estavam alinhadas à defesa e manutenção do instituído, enquadrando a classe subalterna às necessidades postas pela reprodução do capital em favor da acumulação, participando assim dos processos de constituição da cultura dominante. Com o processo de renovação do Serviço Social, que propiciou a ruptura com suas bases conservadoras e a revisão da dimensão teórico-metodológica da profissão, há a construção de um projeto profissional que se vincula a uma perspectiva emancipatória das classes subalternas (ABREU, 2002).

Nesse momento, a função pedagógica tradicional exercida pelo Serviço Social que até então estava relacionada às ações de controle social e disciplinamento da classe trabalhadora, descola-se para a construção de uma nova cultura a partir do movimento da classe trabalhadora na perspectiva da sua emancipação.

Encontra-se nas formulações de Abreu que

A função pedagógica do assistente social [...] é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. (ABREU, 2002, p.17)

Sustentada pelo pensamento gramsciano no que o autor denomina princípio educativo, a autora ainda pondera que as estratégias utilizadas pelos assistentes sociais se realizam por meio de políticas sociais públicas e privadas, e através dos processos de luta e resistência das classes subalternas, visando a sua plena reprodução, além de constituição autônoma como classe contraposta à ordem do capital. Estas ações se concretizam nos espaços cotidianos de vida e de trabalho, sob forma de ação material e ideologia que interfere na reprodução física e subjetiva dessas classes (ABREU, 2002).

Assim, a experiência dos Conselhos Escolares se dá no caminho da mobilização e organização dos usuários em suas lutas e demandas, com o objetivo de estimular a sua participação na garantia e ampliação de direitos sociais e exercício da cidadania. Para tanto, a intervenção do assistente social nesse processo ancora-se no compromisso firmado pelo projeto ético-político profissional, que tem no seu Código de Ética o compromisso com setores populares e como princípios a defesa da

liberdade, ampliação e consolidação da cidadania e aprofundamento da democracia (CFESS, 2005).

3. EDUCAÇÃO E A EMANCIPAÇÃO HUMANA

A educação formal, tal como a temos hoje, está pautada em atender aos interesses do modo de produção capitalista, de modo a proporcioná-lo conhecimentos úteis para a sua reprodução e força de trabalho para o seu funcionamento. Para Mészáros, a educação formal tem como uma de suas funções principais “produzir tanta conformidade ou ‘consenso’ quanto for capaz, a partir de dentro e por meio de seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados” (MÉSZÁROS, 2008, p. 45).

O autor sustenta que os processos educacionais e os processos sociais de reprodução do capital estão profundamente ligados, de modo que não é possível se pensar em uma transformação significativa da educação sem se pensar também em uma transformação do quadro social onde as práticas educacionais estão inseridas. Assim como não é possível se pensar em uma mudança social sem a mudança também nos processos educativos. Sem isso, argumenta o autor, ter-se-á uma reforma dentro dos limites do capital. Isto é, alguns ajustes a fim de corrigir detalhes da ordem estabelecida e mantendo, assim, as determinações estruturais do sistema de produção vigente. Diz o autor:

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar margens de *reforma sistêmica* na própria estrutura do sistema do capital é uma contradição em termos. É por isso que é necessário *romper com a lógica do capital* se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente. (MÉSZÁROS, 2008, p. 27, grifo do autor).

Portanto, Mészáros sustenta que, pela sua própria natureza, o capital é irreformável. O que significa que para uma real transformação da educação e ruptura com a alienação decorrente das determinações capitalistas, é necessário que esta vá para além do capital, ou seja, é necessário romper com a lógica do capital. Em outras palavras, o autor defende que nesse processo as mudanças precisam ser essenciais, e não apenas formais.

Aprofundando um pouco mais nesse ponto, o autor argumenta que a educação “trata-se de uma questão de ‘internalização’ pelos indivíduos [...] da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas ‘adequadas’ e as formas de conduta ‘certas’” (MÉSZÁROS, 2008, p. 44), de modo que assegure os padrões de reprodução do sistema capitalista. Nesse sentido, a educação formal é parte fundamental no sistema global de internacionalização, contudo se trata apenas de uma parte de tal. E para romper com esta situação alienante, faz-se necessário uma ação consciente e coletiva, rompendo com todo o sistema de internalização.

Em sua obra, o autor também combate a compreensão estreita de educação na sociedade capitalista apenas como educação intelectual e defende que a educação deve ser ampliada, com o desenvolvimento das habilidades humanas. Apoiando-se em Gramsci, que diz que não há atividade humana a qual se exclua a intervenção intelectual, MéSZáros argumenta que a educação é adquirida também fora das instituições de educação formal, visto ser um processo contínuo de aprendizagem ao longo da vida. Diz o autor:

Como podemos observar, a posição de Gramsci é profundamente democrática. É a única sustentável. A sua conclusão é bifacetada. Primeiro, ele insiste em que *todo* ser humano contribui, de uma forma ou de outra, para a formação de uma concepção de mundo predominante. Em segundo lugar, ele assinala que tal contribuição pode cair nas categorias contrastantes de ‘manutenção’ e da ‘mudança’. Pode não ser apenas uma ou outra, mas ambas, simultaneamente. Qual das duas é a mais acentuada, e em que grau, isso obviamente dependerá da forma como as forças sociais conflitantes se confrontam e defendem seus interesses alternativos importantes. (MÉSZÁROS, 2008, p. 50, grifo do autor).

Sendo assim, para o surgimento de uma concepção alternativa de mundo, a educação tem a função soberana tanto para a elaboração de estratégias com vistas a mudar as condições objetivas de reprodução, quanto para a criação de espaços nos quais os indivíduos exercitem a reflexão para uma consciência direcionada à concepção de uma ordem social diferente.

Ao abordar as gritantes desigualdades sociais produzidas pelo modo de produção capitalista, que nega as condições mínimas de satisfação humana para a maioria da população, o autor argumenta que

O que está em jogo aqui não é simplesmente a *deficiência contingente* dos recursos econômicos disponíveis, a ser superada mais cedo ou mais tarde,

como já foi desnecessariamente prometido, e *sim a inevitável deficiência estrutural* de um sistema que opera através dos seus *círculos viciosos de desperdício e escassez*. É impossível romper esse círculo vicioso sem uma intervenção efetiva na educação, capaz, simultaneamente de *estabelecer prioridades* e de definir as *reais necessidades*, mediante plena e livre deliberação dos indivíduos envolvidos. Sem que isso ocorra, a escassez pode ser – e será – reproduzida numa escala sempre crescente, em conjunto com uma geração de necessidades artificiais absolutamente devastadora, como tem ocorrido atualmente, a serviço da insanamente orientada autoexpansão do capital e de uma contraproducente acumulação. (MÉSZÁROS, 2008, p. 74, grifos do autor).

Assim, o Mézszáros mostra que o momento atual – de crise estrutural global do capital – é também um período de transição para outra ordem social. Contudo, esta é inconcebível se desacompanhada da educação, em sentido amplo, na tarefa de transformação social emancipadora. Na sociedade socialista, a educação é entendida como um processo contínuo de formação – e não limitado a um período da vida dos indivíduos, como na sociedade capitalista –, com o desenvolvimento contínuo da consciência socialista.

Nessa forma de educação, suas características são definidas por todos os princípios relevantes ao desenvolvimento socialista, interagindo continuamente com a transformação histórica em andamento. O desenvolvimento contínuo da consciência socialista diz respeito ao enfrentamento pela estrutura educacional dos problemas reais da sociedade como causas originadas historicamente. Devem ser confrontados pelos indivíduos sociais, de forma consciente e racionalmente determinada, com uma intervenção continuada e efetiva no processo social em curso, de fato objetivando uma mudança social.

Ao trazer em sua obra a necessidade de superação da ordem do capital e a compreensão da educação como crucial para a conquista da emancipação humana, Mézszáros faz referência à produção teórica de Marx no que tange à raiz das contradições mistificadoras da ordem social vigente: a alienação do trabalho. E a superação desta alienação se dá pelo próprio trabalho, com uma reestruturação radical das condições de existência estabelecida.

Esta reestruturação radical deve acontecer com ações estrategicamente sustentadas, cabendo aqui à educação um papel fundamental. Mézszáros apresenta que o poder político, na fase inicial do processo de transformação social, deve ser conquistado para que posteriormente haja a negação radical de toda a estrutura de

comando político. Todavia, este poder político também exerce sob os indivíduos uma forma de alienação com a internalização da legitimação constitucional democrática do Estado capitalista, que na verdade só atende aos seus próprios interesses. Assim, cabe à educação – educação ampla, que vá para além do capital – a função de promover esta contrainternalização, com a antecipação de uma forma de gerir a sociedade radicalmente diferente.

Ainda pensando sobre o papel do Estado, cabe aqui ressaltar a breve referência feita por Marx sobre a participação do Estado no processo de educação na obra *Crítica ao Programa de Gotha* (1875). Ao confrontar o Programa do Partido Operário Alemão, que sustenta que a educação popular deve ser universal, igual, gratuita e fornecida pelo Estado, Marx argumenta que não se pode conferir ao Estado o papel de ser educador do povo. Para ele, esta educação é condenável, pois é o Estado que necessita receber do povo uma educação. O Estado atual é aquele assentado na sociedade burguesa, atendendo assim aos interesses do capital.

Embora necessária para o processo de transformação da sociedade, Marx entende que não é a emancipação política que garantirá a emancipação humana. A emancipação política é parcial, limita-se ao projeto democrático-burguês, e as reivindicações nesse espaço não passam de direitos que não questionam a ordem social vigente. Sendo assim, não resulta na efetiva liberdade. Já a emancipação humana está relacionada com a plena liberdade humana, o que significa a extinção total das classes. Isso quer dizer que a busca pela emancipação humana diz respeito à subsunção da sociabilidade do capital e a emergência da sociabilidade comunista (TRIGINELLI; SOUZA JUIOR, 2017). E nesse processo a educação, entendida nos termos trazidos por Mészáros, tem papel fundamental.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo em questão buscou apresentar brevemente uma intervenção do trabalho do assistente social na política educacional, através do processo de implementação dos Conselhos Escolares no município de Paraíba do Sul/ RJ. Buscou mostrar os desafios postos aos profissionais, bem como os limites vivenciados durante o período em que a experiência ocorreu, entre 2013 e 2016.

A partir disso, foram feitas considerações sobre a função pedagógica exercida pelo assistente social no seu cotidiano de trabalho e sobre a categoria educação como alternativa para a promoção da emancipação humana, entendendo a educação de forma ampla, como proposto por Mészáros. Não se pretende com este artigo esgotar o debate acerca do tema, dada a sua extensão e complexidade, e sim trazer elementos que suscitarão em novos debates.

A apreensão da categoria educação trazida por Mészáros – dada a necessidade de superação da ordem do capital e a compreensão da educação como crucial para a conquista da emancipação humana – deve orientar as ações dos assistentes sociais inseridos nos diversos campos, não exclusivamente na educação, visto que a função pedagógica exercida por este profissional perpassa outros espaços socioocupacionais. A busca pela superação da ordem burguesa e emancipação humana deve funcionar como bússolas para as intervenções realizadas na concretude das situações postas pelo cotidiano profissional.

O trabalho profissional no espaço educacional também é marcado por contradições e limites postos pela lógica da reprodução capitalista, exigindo do profissional uma leitura crítica da realidade. E o entendimento do cenário contemporâneo da sociedade capitalista, bem como a função da educação nesse modelo de sociedade, fará com que o assistente social entenda os seus limites profissionais. Todavia, apesar desses limites, é possível buscar caminhos para uma intervenção alinhada aos interesses da classe trabalhadora.

A experiência relatada mostra que a atuação na educação formal pode incentivar a participação da sociedade, de acordo com os princípios trazidos pelo Código de Ética profissional, ainda que esse trabalho seja limitado. O espaço profissional pode ser usado para o desenvolvimento de estratégias de ação que tenham o fim de alterar a correlação de forças nos espaços institucionais, para fortalecer as demandas dos usuários e setores populares.

Sabe-se que o assistente social, com sua intervenção individual, não será o responsável pela educação nos moldes trazidos por Mészáros, tampouco pelo processo superação da ordem capitalista; todavia, é um profissional que pode contribuir com a formação de consciência e fortalecimento de mecanismos de

organização da sociedade. Não se pretende aqui formular considerações que promovam o idealismo, tampouco o militantismo no exercício profissional. Contudo, em seu fazer profissional o assistente social pode abrir espaços para a participação dos sujeitos coletivos e levar à sociedade informações para que ela se aproprie dos espaços públicos como estratégias de acesso e defesa das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

CFESS. Resolução nº. 273/93. Institui o Código de Ética dos Assistentes Sociais. In: _____. **Coletânea de Leis**: revista e ampliada. Porto Alegre: CRESS 10ª Região, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. Seleção, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MEC. **Conselhos Escolares**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-de-fortalecimento-dos-conselhos-escolares>>. Acesso em 02 de maio de 2018.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

TRIGINELLI, Daniel Handan. SOUZA JUIOR, Hormindo Pereira de. Trabalho, Política, Formação E Emancipação Humana em Marx E Lukács. **Revista Educação Temática Digital**, Campinas, UNICAMP, v. 19, n.1 p. 258-282, jan./mar. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8641638>>. Acesso em 25 maio 2018.

VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima. et al. (Orgs.). **Conselho Escolar**: processos, mobilização, formação e tecnologia. Fortaleza: Edições UFC, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=43181-livro-ufc-conselho-escolar-pdf-1&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192> Acesso em 16 maio 2018.